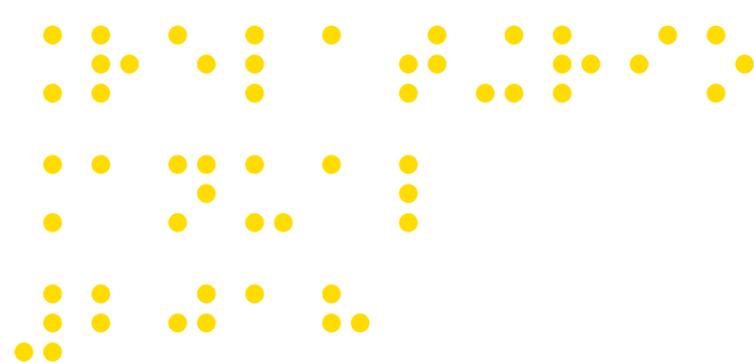




BALANCE SHEET

BALANÇO PATRIMONIAL



BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (1 DE 2)
(Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Ativo	Notas explicativas	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas - recursos próprios	5(a)	1.379.803	932.920
Caixa e equivalentes de caixas - recursos restritos	5(b)	5.749.954	2.508.115
Clientes	6	231.927	730.151
Estoques	7	622.659	572.849
Outros créditos	8	456.744	568.579
		8.441.087	5.312.614
Não circulante			
Imobilizado	9	3.501.393	3.539.584
Intangível	10	398.810	443.136
		3.900.203	3.982.720
Total do ativo		12.341.290	9.295.334

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (2 DE 2)
(Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Passivo e patrimônio líquido	Notas explicativas	2018	2017
Circulante			
Fornecedores		436.125	338.927
Salários e encargos sociais		644.481	502.765
Provisões de férias e encargos	4(g)	668.339	601.364
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	16	5.566.420	2.358.795
Projetos próprios a realizar	17	55.665	434.111
Financiamentos	11	150.000	560.000
Adiantamento de clientes	12	904.687	-
		8.425.717	4.795.962
Não circulante			
Receitas diferidas		8.427	22.629
Provisão para demandas judiciais	13	159.439	44.831
Financiamentos a longo prazo	11	137.500	370.000
		305.366	437.460
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	4.061.912	5.494.515
Superávit / (Déficit) do exercício	15	(451.705)	(1.432.603)
		3.610.207	4.061.912
Total de passivo e patrimônio líquido		12.341.290	9.295.334

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (1 DE 2)
 (Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Receitas operacionais	Notas Explicativas	2018	2017
com restrição			
Lei rouanet, Proac e Convênios	16	4.764.791	4.943.904
Projetos patrocinados	17	528.130	555.594
		5.292.921	5.499.498
sem restrição			
Doações e campanhas	18	5.939.084	5.994.101
Venda de bens e serviços	19	3.529.458	540.249
Locação		-	13.297
Outras receitas		25.586	63.835
Isenções e renúncia fiscal	20	1.800.344	1.685.779
Trabalho voluntário	21	501.861	460.072
Gratuidades recebidas	22	540.272	4.020.505
		12.336.605	12.777.838
Total das receitas		17.629.526	18.277.336

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (2 DE 2)
 (Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

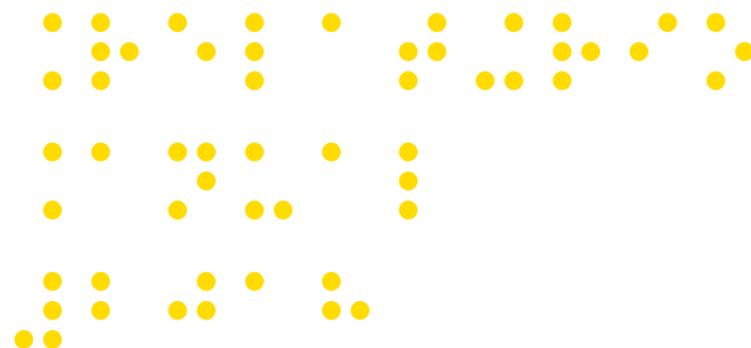
Despesas operacionais			
com restrição			
Execução de convênios	16	(4.764.791)	(4.943.904)
Desp com projetos patrocinados	17	(528.130)	(555.594)
		(5.292.921)	(5.499.498)
sem restrição			
Pessoal, encargos e benefícios	25 a	(6.997.524)	(4.180.511)
Despesas administrativas	25 b	(1.926.914)	(966.632)
Contrapartida de uso de imóvel	24	(16.304)	(24.377)
Depreciação e amortização		(717.448)	(769.091)
Impairment	9	(13.979)	(1.930.531)
Isenções e renúncia fiscal	20	(1.800.344)	(1.685.779)
Trabalho voluntário	21	(501.861)	(460.072)
Contrapartida gratuidades recebidas	22	(540.272)	(4.020.505)
		(12.514.646)	(14.037.498)
Total das despesas		(17.807.567)	(19.536.996)
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		(178.041)	(1.259.660)
Resultado financeiro	26	(273.664)	(172.943)
(Déficit) do exercício		(451.705)	(1.432.603)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
(Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) do período	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.992.638	616.344	5.608.982
Incorporação ao patrimônio social	616.344	(616.344)	-
Ajuste consolidação exercício anterior	73.426	-	73.426
Incorporação resultado DNA	(187.893)	-	(187.893)
Déficit do período	-	(1.432.603)	(1.432.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.494.515	(1.432.603)	4.061.912
Incorporação ao patrimônio social	(1.432.603)	1.432.603	-
Superávit do período	-	(451.705)	(451.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.061.912	(451.705)	3.610.207

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (1 DE 2)**
(Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017
Superávit / (Déficit) do exercício	(451.705)	(1.432.603)
Ajustado por:		
Depreciações e amortizações	717.448	769.091
Impairment	13.979	1.930.531
Provisão para obsolescência dos estoques	(12.342)	12.342
Provisão para contingências trabalhistas	114.608	(115.343)
Ganho/ Perda na baixa/venda imobilizado	139.300	48.706
Juros passivos (apropriados)	144.103	69.491
Outros	-	73.426
Superávit / (Déficit) do período ajustado	665.391	1.355.641
Variação dos ativos		
Clientes	498.224	(412.897)
Estoques	(49.810)	31.891
Outros créditos	111.835	(137.999)
Variação dos passivos		
Fornecedores	97.198	(144.495)
Salários e encargos sociais	141.716	9.020
Provisões de férias e encargos	66.975	(138.689)
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	3.207.625	(554.672)
Projetos próprios a realizar	(378.446)	(268.458)
Outros débitos	(12.625)	(54.526)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	4.348.083	(315.184)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (1 DE 2)
 (Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos coligadas/ incorporação	-	(187.893)
Aquisição de imobilizado e intangível	(797.333)	(863.555)
Recebimento venda ativo	9.124	29.733
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos	(788.209)	(1.021.715)
Fluxo de caixa das atividades de f nanciamentos		
Adiantamentos recebidos	604.687	300.000
Captações de empréstimos e financiamentos	-	450.000
Amortização do principal e juros	(475.839)	(244.026)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades financiamentos	128.848	505.974
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	3.688.722	(830.925)
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	3.441.035	4.271.960
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	7.129.757	3.441.035
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	3.688.722	(830.925)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (1 DE 2)
 (Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Receitas	2018	2017
Lei rouanet, Proac e Convênios	4.764.791	4.943.904
Doações e campanhas	5.939.084	5.994.101
Projetos patrocinados	528.130	555.594
Venda de bens e serviços	4.392.221	2.430.366
Gratuidades recebidas	540.272	4.020.505
Locação	-	13.297
Outras receitas	25.586	63.835
	16.190.084	18.021.602
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(862.763)	(1.890.117)
Valor adicionado bruto	15.327.321	16.131.485
Depreciações e amortizações	(717.448)	(769.091)
Impairment	(13.979)	(1.930.531)
Valor adicionado produzido pelas entidades	14.595.894	13.431.863
Valor adicionado recebido / cedido em transferência		
Rendimento de aplicações financeiras	112.370	16.765
Valor adicionado total a distribuir	14.708.264	13.448.628
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal, encargos e benefícios	6.997.524	4.180.511
Execução de convênios	4.764.791	4.943.904
Despesas administrativas	1.926.914	966.632
Contrapartida de uso de imóvel	16.304	24.377
Projetos patrocinados	528.130	555.594
Contrapartida gratuidades recebidas	540.272	4.020.505
Resultado financeiro	386.034	189.708
Superávit / (Déficit) do exercício	(451.705)	(1.432.603)
	14.708.264	13.448.628

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Nota de 100 reais, emitida em 2005

Nota de 100 reais, emitida em 2005

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativ e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária escrita de 11 de março de 1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos. inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30.

A Fundação possui os seguintes certificados:

> Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15 de fevereiro de 1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69;

> Portadora de CEBAS conforme Portaria nº203/2017, item 33 de 28 de dezembro de 2017, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2017, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

A Fundação foi controladora da DNA Editora e Soluções em Acessibilidade S/A, desde 12 de fevereiro de 2016. O CNPJ da DNA era 24.155.170/0001-03, e tinha como objeto social:

- I – Produção, industrialização, editoração, impressão, distribuição, divulgação e comércio, por qualquer mídia e meio, de livros em formato braile, audiolivros e livros digitais e de material gráfico acessível para pessoas com deficiência visual;
- II – Prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial em acessibilidade;
- III – Produção, comércio e indústria de materiais típicos e;
- IV – Outras atividades correlatas relacionadas a acessibilidade.

A ata de assembleia extraordinária realizada em 08 de Agosto de 2017 consas deliberações tomadas em relação ao fechamento da empresa DNA Editora e Soluções em Acessibilidade S/A e encerramento de suas atividade retornando as operações da Sociedade a Fundação Dorina Nowill para cego. Todo o patrimônio da sociedade foi incorporado pela Fundação. A ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o número 414.337/17-7.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras de 2018 da Fundação seguem a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas em

observância às práticas financeiras adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Financeiras, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013.

B) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

C) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

D) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

> Nota 9 e 10 - Imobilizado e Intangível – revisão da vida útil e recuperação de imobilizado e intangível
> Nota 13 - Provisões para demandas judiciais

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 08 de Abril de 2019.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000):

A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados

ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na EOD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS ADOTADAS:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos circulantes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída pela Administração quando há necessidade de suprir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

e) Imobilizado e intangível: Se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A Administração da Fundação entende que a taxa fiscal utilizada pela Receita Federal reflete a vida útil dos bens existentes na Fundação.

f) Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i)Receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

> Doações: As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

> Subvenção e assistência governamentais: As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e a Fundação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

> Venda de bens e serviços: A receita de venda de bens e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

> Receitas com trabalhos voluntários : As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

j) Estimativas financeiras: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de estimativas financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

l) Demonstração do Fluxo de caixa: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13.

m) Recursos com restrição: As contas identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos e receber, à realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

a) Recursos sem restrições	2018	2017
Caixa	8.029	6.755
Banco conta movimento	62.882	133.330
Aplicações financeiras	1.308.892	792.835
	1.379.803	932.920
b) Recursos com restrições	2018	2017
Banco conta movimento	3.498.912	1.294.244
Aplicações financeiras	2.251.042	1.213.871
	5.749.954	2.508.115

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

6 CLIENTES A RECEBER

Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados em curto prazo.

	2018	2017
Outlet a receber	14.271	14.796
Clientes a Receber	217.656	108.960
	231.927	730.151

O aging list dos créditos a receber da Entidade está demonstrado a seguir:

	Outlet	Clientes	Total
A vencer	14.271	104.099	118.370
Vencidos 00 a 30	-	101.637	101.637
Vencidos 31 a 60	-	10.408	10.408
Vencidos 61 a 90	-	22	22
Vencidos 91 a 180	-	1.490	1.490
	14.271	217.656	231.927

7 ESTOQUES

	2018	2017
Matéria prima	240.688	210.149
Material para revenda	103.731	139.257
Outlet	76.326	87.031
Estoque em poder de terceiros	164.880	148.754
Estoque de produto em elaboração (a)	37.034	0
Provisão para obsolescência	0	(12.342)
	622.659	572.849

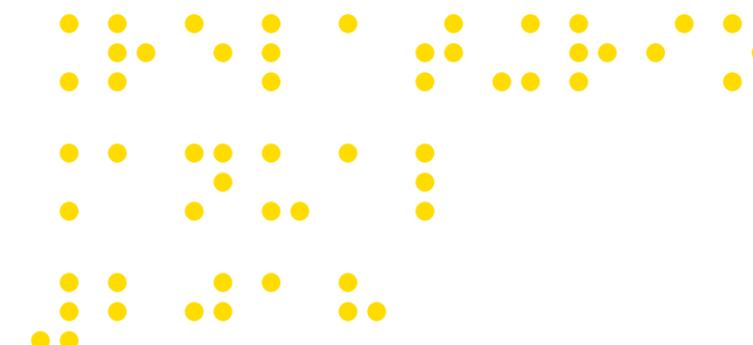
(a) O saldo refere-se a elaboração de produtos para atender o projeto PNL D Braille 2019.

8 OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Adiantamento de pessoal	30.626	30.979
Adiantamento de fornecedores	17.284	151.514
Imposto a recuperar IPI / IRRF	337.487	337.487
Depósitos judiciais (nota 13)	66.226	44.831
Prêmio de seguros	5.121	3.768
	456.744	568.579

9 IMOBILIZADO (1 DE 2)

Movimentação dos custos	2017	2018			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências / Impairment	Saldo final
Imóveis	2.743.794	-	-	-	2.743.794
Móveis e utensílios	506.594	51.079	(10.360)	-	547.313
Máquinas e equipamentos	2.187.194	415.764	(9.316)	(13.979)	2.579.663
Veículos	-	34.821	(34.821)	-	-
Matrizes	1.646.424	38.703	(638.056)	-	1.047.071
Biblioteca	2.077.111	190.453	-	-	2.267.564
Equipamentos de informática	618.269	29.088	(21.681)	-	625.676
Instalações	266.198	-	-	-	266.198
Benfeitorias	428.118	-	-	-	428.118
Imobilizado em andamento	127.500	-	-	(127.500)	-
Centro de memória	-	-	-	127.500	127.500
	10.601.202	759.908	(714.234)	(13.979)	10.632.897



9 IMOBILIZADO (2 DE 2)

Movimentação das depreciações	2017		2018		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Imóveis	(2.013.478)	(109.752)	-	-	(2.123.230)
Móveis e utensílios	(307.307)	(37.629)	9.031	-	(335.905)
Máquinas e equipamentos	(1.795.798)	(87.219)	11	-	(1.883.006)
Matrizes	(1.136.491)	(101.734)	546.701	-	(691.524)
Benfeitorias	(17.125)	(17.125)	-	-	(34.250)
Biblioteca	(1.177.119)	(176.451)	-	-	(1.353.570)
Equipamentos de informática	(453.056)	(75.767)	10.067	-	(518.756)
Instalações	(161.243)	(26.620)	-	-	(187.863)
Centro de memória	-	(3.400)	-	-	(3.400)
	(7.061.617)	(635.697)	565.810	-	(7.131.504)
Imobilizado líquido	3.539.585	124.211	(148.424)	(13.979)	3.501.393

No exercício de 2018 foram encontradas algumas evidências de impairment para determinados ativos do imobilizado. Os respectivos saldos foram baixados para o resultado como perda por não recuperabilidade.

10 INTANGÍVEL

Movimentação dos custos						
	2017		2018			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	
Software e programas	840.391	37.425	-	-	877.816	
Movimentação das amortizações						
	Taxa a.a.	2017	2018			
	%	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Software e programas	20	(397.255)	(81.751)	-	-	(479.006)
Intangível líquido		443.136	(44.326)	-	-	398.810

11 FINANCIAMENTOS

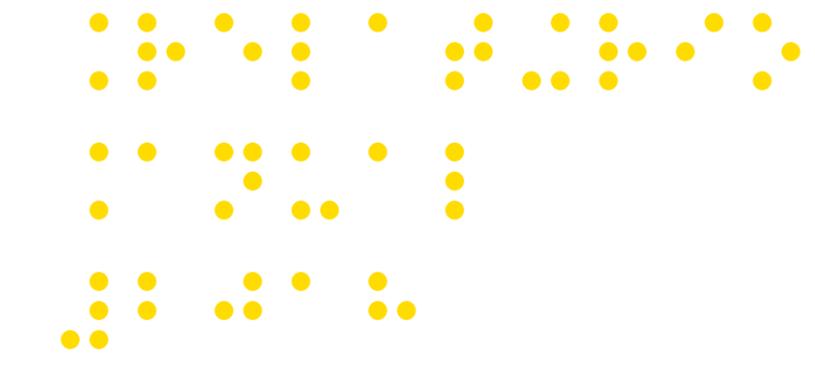
	Taxa	2018	2017
Empréstimos em moeda nacional	16,48% a.a.	150.000	560.000
		150.000	560.000
Circulante		150.000	560.000
Não circulante		137.500	370.000
Cronogramas de pagamento	Ano	Montante	
	2019	162.500	
	2020	125.000	
Total		287.500	

12 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Cliente	SALDO
Editora Moderna LTDA.	425.068
Editora Atica S.A.	354.969
Editora Scipione S.A.	62.076
Saraiva Educação LTDA.	56.330
Audible INC.	5.944
Ultragenyx Brasil Farmacéutica Ltda.	300
Total	904.687

13 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	Previdenciárias e trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.831
Adições	114.608
Pagamentos	-
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	159.439



A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributárias, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Fundação tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Os valores estimados são R\$ 81.340 (R\$ 51.512 em 2017).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, dos bens recebidos através de doações patrimoniais e do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído aos elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

15. RESULTADO DO EXERCÍCIO:

O déficit do exercício, em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

16. CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E LEIS DE INCENTIVOS A REALIZAR:

Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto no Imposto de Renda de 1%, se pessoa jurídica e 6% pessoa física.

> Incluindo o Centro de Memória Dorina Nowill para Cegos 026/2017

O projeto busca promover 200 visitas educativas à exposição de longa duração “E tudo começou assim: ações, projetos e histórias que mudaram

a vida das pessoas com deficiência visual” e às instalações da Fundação Dorina Nowill para cerca de 7.000 crianças e adolescentes (07 e 17 anos de idade) das escolas públicas do município de São Paulo, ampliando a rede de atendimento para estudantes, bem como acesso à atividades educativas e culturais sobre o tema da inclusão social, cidadania e direitos das pessoas com deficiência.

Os estudantes recebem material educativo em formato acessível (áudio, braille e tinta) que trata da temática.

> Coleção Série Dorina Nowill 046/2017

O projeto visa a elaboração e distribuição de 1.000 exemplares da Série “Dorina Nowill”, composta por 5 títulos relacionados à deficiência visual com o objetivo de dar apoio aos educadores, professores, familiares e profissionais que atuam junto à criança e ao adolescente com baixa visão ou cegueira. Como ação complementar, o projeto propõe palestras de capacitação sobre a mesma temática para reforçar o entendimento e sanar dúvidas sobre o conteúdo do material.

> Brincar sem Fronteiras: Coleção de jogos recreativos e inclusivos.

O projeto visa proporcionar que o aprendizado e brincar de crianças e adolescentes com ou sem deficiência visual sejam inclusivos por meio da produção e distribuição de 3 kits diferentes em 1.000 escolas do ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio do município de São Paulo, totalizando 21.000 kits de jogos como tabuleiros, dedoches, cartas, histórias em quadrinhos, entre outros, totalmente inclusivos nos formatos acessíveis como tinta-braille, áudio e digital.

Como ação complementar, o projeto prevê 10 capacitações para 300 professores da rede pública do município de São Paulo sobre a utilização dos materiais e importância da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual na escola.

> Autonomia e Independência para Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual

O projeto tem como objetivo promover a autonomia e independência a 220 crianças e adolescentes com deficiência visual de 0 a 11 anos e suas famílias, por meio de atendimentos especializados, como programas de Intervenção precoce, apoio a educação especial, complementação educacional, orientação psicológica à família e a escola. Além do desenvolvimento da independência da criança e do adolescente e contato afetivo social, a partir de um ambiente que favoreça o convívio social extrafamiliar, ampliando as possibilidades de experiências e de contato consigo, com o outro e com o ambiente que o cerca.

b. Lei Rouanet:

> Pronac 164590: Rede de livros e leitura inclusiva 2017

> Pronac 177031: Cultivando a Leitura

> Pronac 184605 – Leitura em todos os cantos

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador, o desconto no Imposto de Renda de 4% sobre o valor devido. O projeto de captação através deste incentivo (IR), tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braile/falado/Digital) de

títulos exigidos em vestibulares, para cultura, lazer e outros. Através desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

c. Proac ICMS

> Leitura Digital Acessível

> Leitura para todos

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador abatimento de até 3% do valor devido do ICMS.

O projeto de captação através deste incentivo (ICMS), tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (Daisy), para cultura, lazer e outros. Através desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais a oportunidade de ler títulos atualizados.

d. PRONAS/PCD:

> Desenvolvimento de Recursos Humanos para o atendimento da pessoa com deficiência visual

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução de até 1% do imposto de renda devido que for doado ao PRONAS PCD.

O projeto visa proporcionar qualificação à equipe que trabalha no atendimento direto da reabilitação da pessoa com deficiência visual da Fundação Dorina Nowill para cegos, por meio de capacitações específicas, a fim de gerar atualização profissional.

> Empregabilidade para pessoas com deficiência visual.

O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional de cerca de 270 jovens e adultos com deficiência visual e minimizar o cenário de exclusão desse público do mundo do trabalho. O programa de empregabilidade tem a proposta de oferecer cursos livres preparatórios para inclusão profissional, sem validade de curso profissionalizante, contemplando vários momentos cruciais de sua vida - desde a fase da descoberta de suas habilidades, autoconhecimento, percepção de si, fortalecimento pessoal até a sua colocação e recolocação profissional. O desenvolvimento proposto será através de atendimentos individuais, grupos/ oficinas temáticas e cursos de capacitação.

e. CONDECA

> Conquistando a autonomia e independência - 570/2016

O projeto tem como objetivo promover a autonomia e independência a 220 crianças e adolescentes com deficiência visual e suas famílias por meio de atendimentos especializados como programas de Intervenção precoce, apoio a educação especial, complementação educacional, orientação psicológica à família e a escola. Além do desenvolvimento da independência da criança e adolescente e contato afetivo social, a partir de um ambiente que favoreça o convívio social extrafamiliar, ampliando as possibilidades de experiências e de contato consigo, com o outro e com o ambiente que o cerca.

16 CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E LEIS DE INCENTIVOS A REALIZAR (CONTINUAÇÃO)

	Saldo em 31/12/2017	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 31/12/2018
PRONAC	17.200	-	-	(6.000)	11.200
PROAC	149.431	-	(116.393)	(33.038)	-
PRONAS	104.948	612.782	(16.120)	(11.013)	690.597
PRONAC Regionais	2.047.710	2.794.418	(1.105.071)	-	3.737.057
PRONAC 15 Semeando a leitura	1.865	2	(1.798)	-	69
PRONAC 18	-	631.637	-	-	631.637
CONDECA	37.632	181.598	(110.029)	(109.201)	-
FUMCAD	9	3.911.231	(3.415.380)	-	495.860
	2.358.795	8.131.668	(4.764.791)	(159.252)	5.556.420

17 PROJETOS PRÓPRIOS A REALIZAR

	Saldo em 31/12/2017	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 31/12/2018
Instituto OMETTO	433.077	-	(395.635)	-	37.442
Outros Projetos e parcerias	1.034	149.684	(132.495)	-	18.223
	434.111	149.684	(528.130)	-	55.665

18 DOAÇÕES E CAMPANHAS

	2018	2017
Campanhas e eventos	4.689.372	4.356.473
Donativos bancários	326.850	887.178
Nota fiscal paulista	496.823	708.766
Donativos em Imobilizado	80.592	0
Donativos em espécie	345.447	41.684
	5.939.084	5.994.101

As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços de atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livros não patrocinados.

19 VENDAS DE SERVIÇOS

	2018	2017
Impressão, transcrição e vendas	1.298.432	1.410.723
Cursos, palestras e treinamentos	12.593	36.479
Gravação digital, livro falado	1.548.654	926.982
Publicações	1.316.720	35.079
Consultoria, revisão e audio descrição	215.822	21.103
(-) Custos dos serviços e mercadorias	(862.763)	(1.890.117)
	3.529.458	540.249

20 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ISENÇÃO USUFRUÍDA:

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certifica cada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	2018	2017
Cota Patronal Previdenciária	1.495.747	1.470.767
Cofins	304.597	215.012
	1.800.344	1.685.779

21 TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R1 item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntariado. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R\$ 501.861 (R\$ 460.072 em 2017).

22 GRATUIDADES RECEBIDAS

A Fundação reconheceu pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	2018	2017
Band am	156.408	0
Bandnews fm	110.340	0
Rádio Transito	82.192	0
Nativa fm	79.732	0
Telecine	77.500	0
Band fm	26.100	0
Dante cultural	8.000	0
TV/WEB Gazeta	0	2.918.122
Rádio cultura	0	370.620
Rádio Gazeta FM	0	307.048
Rádio alfa FM	0	177.360
Rádio antena 1	0	121.425
Rádio mix	0	78.080
Rádio Transcontinental	0	47.850
	540.272	4.020.505

23. ASSISTÊNCIA SOCIAL – GRATUIDADES CONCEDIDAS:

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas regulamentadas. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos: I – prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação; II – quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; III – disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

23.1 - FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS:

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a. Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais:

Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2017, realizamos 23.234 mil atendimentos e 1.324 pessoas foram reabilitadas e em 2018 realizamos 25.184 mil atendimentos e 1.320 pessoas foram reabilitadas.

24. CONTRAPARTIDA DE USO DE IMÓVEL:

De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel situado à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 – Vila Clementino – SP. Em 2018 os seguintes produtos foram cedidos à Prefeitura de São Paulo: 5.900 Cartões de visitas; 30 Cartas em Braille e 1 Audiodescrição.

25 DESDOBRAMENTO DE ITENS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

a. Pessoal encargos e benefícios:

	2018	2017
Salários	4.636.472	2.147.762
Férias	549.873	670.329
Décimo terceiro	427.812	415.047
FGTS	485.153	498.258
Refeição	503.042	160.472
Assistencia médica	297.576	183.961
Outros	97.596	104.682
	6.997.524	4.180.511

b. Despesas administrativas:

	2018	2017
Assessoria e serviços	649.507	403.191
Sistemas	299.370	148.157
Conservação e reparos	171.025	7.889
Correio	168.445	127.000
Segurança e limpeza	153.765	77.680
Água, gás e luz	132.747	43.334
Comunicação e divulgação	130.559	104.111
Veículos	104.507	997
Promoções e eventos	67.689	31.205
Telefone	49.300	23.068
	1.926.914	966.632

26 RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Rendimentos de aplicação financeira	112.370	16.765
Varição monetária	(5.330)	(3.266)
Despesas bancárias	(215.368)	(217.606)
Juros Passivos	(129.898)	(71.083)
Outros fn	(35.437)	102.247
	(273.664)	(172.943)

27. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados.

27.1. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

> a Instituição é regida pela Constituição Federal;

> a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;

> não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);

> não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

28. SEGUROS CONTRATADOS:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Seguro Predial - apólice 966001074 - vencimento 03/11/2019

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores E Diretores (D&O) – apólice – 517720183Q10000115 – vencimento 16/05/2019

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi avaliada e determinada pela Administração da Entidade.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Risco de crédito

É o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em não cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi demonstrado na nota 6. A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação, que representa sua estimativa de perdas a incorrer com créditos a receber e outros recebíveis.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

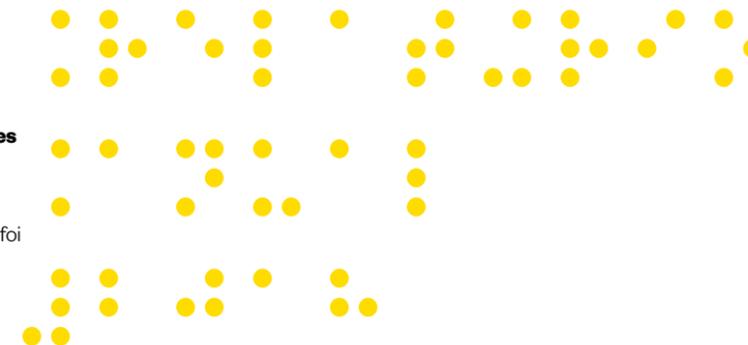
Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Entidade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.

Alexandre Munk
Superintendente
CPF - 178. 235.238-41

Rogério Gerlah Paganatto
Contador
CRC 1SP 131987/O-3



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros da Fundação Dorina Nowill Para Cegos

São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Dorina Nowill Para Cegos (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dorina Nowill Para Cegos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Entidade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião. O risco de não se

detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos;

> Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

> Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração.

> Concluímos quanto à adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do seu relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.

> Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019.

Hirashima & Associados

Auditor Independente
CRC-2SPO25496/O-4

Taiki Hirashima

Contador CRC-1SP056189/O-1

Poliana de Oliveira Hespagnol de Andrade

Contador CRC-1SP258022/O-1